

## Explorando uma interface entre a escritura e a consciência

---

letrônica

---

Jésura Chaves<sup>1</sup>

A Metateoria das Interfaces consiste em uma proposta de investigação científica que busca aproximar dois ou mais objetos de estudo pertencentes a áreas diferentes, considerando as subáreas que as compõem. Trata-se de uma perspectiva de análise em que o pesquisador constrói o objeto a ser estudado, podendo ser aplicada em qualquer área científica. Tendo em vista a forma muitas vezes confusa com que termos provenientes da palavra disciplina são tratados, essa abordagem apresenta-se como uma alternativa aos percursos teóricos que já vêm sendo desenvolvidos uma vez que objetiva sistematizar as relações inter e intradisciplinares inerentes ao ‘fazer pesquisa’.

Torna-se necessário, num primeiro momento, elucidar diferentes prefixações integradas à palavra disciplina, utilizadas tanto no meio acadêmico como nas atividades pedagógicas. Conforme Pombo (1993), para definir interdisciplinaridade, é preciso estabelecer distinções concernentes a uma rede de conceitos afins. Sob esse prisma, pode-se entender pluridisciplinaridade como qualquer tipo de *associação* mínima entre duas ou mais disciplinas; interdisciplinaridade, por sua vez, deve ser entendida como qualquer forma de *combinação* entre duas ou mais disciplinas no intuito de compreender um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes, sendo o objetivo final a elaboração de uma síntese que contemple o objeto comum; já transdisciplinaridade diz respeito à *unificação* de duas ou mais disciplinas tendo por base a explicitação de seus fundamentos comuns, sendo possível formular uma visão unitária e sistemática de diferentes conhecimentos. Nessa perspectiva triádica, pluridisciplinaridade seria o pólo mínimo de integração disciplinar; transdisciplinaridade, o pólo máximo; e interdisciplinaridade representaria as variações possíveis entre os dois extremos. Percebe-se, assim, como os prefixos *pluri* (vários) *inter*

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguística Aplicada pela PUCRS; Doutoranda em Linguística pela PUCRS.

(entre - posição intermediário) e *trans* (além de) revelam os diferentes níveis de complexidade que permeiam as relações entre disciplinas.

No que tange à Metateoria das Interfaces, interessam especificamente as noções inter e intradisciplinares. Enquanto a primeira pressupõe a relação *entre* duas ou mais disciplinas, a segunda remete ao interior de cada teoria, ou seja, à relação entre subteorias. Configura-se, portanto, uma forma sistemática de tratar objetos distintos, na medida em que a interlocução entre diferentes áreas de conhecimento pode se delinear de maneira mais clara. Nessa perspectiva, o presente estudo objetiva tecer reflexões sobre as relações existentes entre escritura e consciência. Trata-se, sobretudo, de objetos que perpassam as áreas da Linguística e da Psicologia. Nesse limiar, emerge a Psicolinguística, disciplina autônoma que, num primeiro momento, constitui-se como uma área de pesquisa interdisciplinar ao abranger aspectos comuns às duas ciências. Como elucida Slama-Cazacu (1995), constitui-se como uma ciência explanatória, que opera com fatos concretos, com mensagens que circulam entre emissores e receptores, sustentando-se em processos psicológicos. Não obstante, para a autora, hoje não é mais suficiente assumir a Psicolinguística como uma ciência interdisciplinar: consiste numa ciência que se conecta com várias outras ciências, uma vez que a língua e a comunicação relacionam-se a vários campos, disciplinas ou atividades. Com efeito, estabelece-se numa perspectiva multidisciplinar.

Numa interface externa, inserem-se a escritura e a consciência como objetos que interessam, respectivamente, à Linguística e à Psicologia. Numa interface interna, por sua vez, pode-se estudá-los pelo prisma da Psicolinguística e da Psicologia Cognitiva. Feito esse esclarecimento, importa, primeiramente, situar tais objetos à luz dessas teorias. A escritura, pelo viés psicolinguístico, consiste em um processo e em uma atividade simultaneamente. Em outras palavras, pode tanto abranger os processos cognitivos que operam no cérebro de um escritor como o produto que resulta da ação direta de um agente. Sendo assim, para se compreender efetivamente o ato de escrever, é necessário considerar os aspectos psíquicos, cognitivos e sociais que condicionam o processo comunicativo instaurado entre leitor e escritor. No que concerne à consciência, como elucida Matlin (2004), trata-se de um assunto controvertido que contempla uma variedade de definições diferentes para o termo. Considerando a Psicologia Cognitiva como uma perspectiva teórica que focaliza os processos mentais que constituem a cognição, assume-se, a priori, a definição de consciência como o conhecimento que as pessoas têm de seus objetos mentais, sejam eles percepções, imagens ou sentimentos. Nesse sentido, procura-se aqui analisar a natureza da escritura e da consciência

por se pressupor que consistem em processos cognitivos que exercem influência mútua. Procedede-se à análise isolada desses objetos para, posteriormente, verificar a procedência da hipótese levantada.

Conforme Matlin (2004), a escritura, pelo viés cognitivo, tem sido pouco explorada, embora seja uma tarefa que contemple várias atividades cognitivas como atenção, memória, imaginação, conhecimentos básicos, metacognição, leitura, resolução de problemas, criatividade, raciocínio e tomada de decisões. Tradicionalmente, tem sido associada à leitura, levando-se em conta os aspectos convergentes e divergentes entre ambos os processos. Essa relação se justifica pelo fato de o ato de escrever, necessariamente, pressupor o ato de ler, numa relação bilateral entre escritor e leitor intermediada por um texto que, por sua vez, é condicionado pela utilização de determinado código. Sendo assim, a escritura de um texto tem como *input* a necessidade ou o propósito do escritor em transmitir uma ideia a alguém, sendo o texto escrito o *output* dessa atividade.

O papel do código escrito na organização da sociedade influenciou definitivamente o entendimento e a valorização da leitura e da escritura ao longo do tempo. A escritura passa a ser vista como organizadora do pensamento que, em contrapartida, tem no código escrito um meio eficaz de transformar o efêmero em perene. Essa nova condição alia três elementos primordiais: escritura, texto e leitura. Conforme elucida Poersch (2000), no ato de comunicação, a expressão de determinado conteúdo construído na mente do emissor é elaborada segundo um determinado código e transmitida por meio de semiológicos (sonoros, visuais ou táteis) para, a seguir, ser reconstruída na mente do interlocutor. Nessa perspectiva, o sentido não está na mensagem, ele é construído na mente do locutor e reconstruído na mente do interlocutor.

Linguagem e pensamento assim se associam, constituindo um dos principais elos entre o falante e o ouvinte, e, em decorrência, entre escritura e leitura. A existência do pensamento, porém, não pressupõe a existência de palavras, afirmação respaldada pelo paradigma conexionista, que procura explicar os processos mentais com base em configurações das redes neuronais. Segundo essa hipótese, os pensamentos, os conceitos não se encontram armazenados num lugar no cérebro. Há, no cérebro humano, células programadas para aprender, tão concretas quanto o próprio pensamento. Como ressalta Poersch (2001), o cérebro é a sede do saber, do conhecimento; a mente, que não tem existência própria, representa o seu funcionamento. Tanto a leitura quanto a escritura revestem-se da relação pensamento / linguagem, embora sigam orientações opostas. Na atividade de leitura, parte-se

do texto (expressão) em direção ao pensamento (conteúdo); na escritura, do pensamento ao texto. Caracterizam-se, assim, como processos cognitivos semelhantes, porém inversos.

Na atividade da escritura, a idéia consiste em seu ponto de partida, sendo o texto o produto final. Para se escrever, é preciso decompor segmentos discretos, como o código, transformando o analógico em digital. Assim, o ato de escrever, última etapa da escritura, representa traduzir o pensamento em linguagem. Flower e Hayes (1994) descrevem três fases recursivas que constituem a escritura. A primeira consiste no planejamento, através do qual os escritores estabelecem os objetivos que norteiam a atividade; na segunda etapa, denominada tradução, os escritores transcrevem ideias para a forma escrita; na última ocorre a revisão, quando o planejamento e as traduções são testadas. Assim, o escritor termina a sua tarefa e o leitor começa a sua, delineando-se caminhos inversos que se cruzam por meio de processos semelhantes.

Além do pensamento, da linguagem, do código, destaca-se a relação bilateral existente entre leitor e escritor como outro elemento comum à leitura e à escritura. Se, de um lado, o escritor expressa seu conteúdo através de uma atividade de produção, o leitor busca reconstituir esse sentido por meio de uma atividade de recepção. Essa relação é bipolar e reversível, já que cada parceiro desempenha os dois papéis. Leitor e escritor se comprometem mutuamente: ambos se empenham em facilitar a tarefa um do outro. O escritor, buscando se interar com o leitor, objetiva atender às necessidades de seu parceiro, prevendo suas expectativas, orientando a leitura que pressupõe adequada. Em contrapartida, o leitor engaja-se na tarefa de construir o significado do texto. Nesse intuito, ele pode colocar-se na perspectiva do escritor, recuperar o percurso discursivo através das pistas deixadas no texto, valer-se do conhecimento da situação comunicativa em que ambos se encontram. Leitor e escritor então se revestem da expectativa que um tem do outro para executarem suas tarefas. Se o texto é o elemento mediador das intenções dos parceiros de comunicação, a comunicação só se estabelece por meio da utilização de um código conhecido por eles.

Essa bilateralidade se constitui também por meio do princípio cooperativo estabelecido entre eles, segundo o qual a comunicação é garantida mediante concordância entre falante e ouvinte. Pautando-se principalmente na máxima de antecedência proposta por Grice, o êxito da comunicação depende de o falante se certificar de que o ouvinte conhece a informação dada. Nessa perspectiva, a relação entre leitura e escritura é condicionada pela forma como a informação nova é integrada à velha durante a atividade da leitura, noção que se vincula a *recordar e aprender*.

Leitura e escritura integram as práticas sociais de diversas formas, seja nas atividades cotidianas como consulta a receitas culinárias, bulas de remédios, lista de compras, encartes de supermercados, outdoor, seja nas atividades escolares ou nos variados meios de comunicação virtual, seja na busca de informações em jornais, revistas, livros, ou ainda através de reescrituras, traduções, resumos, entre outros. A comunicação através de um código escrito requer habilidades tanto escritoras (o ponto de partida) quanto leitoras (o alvo da escritura). Leitura e escritura concretizam-se por meio de elementos que as tornam indissociáveis, como o próprio código, o texto, o funcionamento do cérebro, do pensamento, as práticas sociais. Se, por um lado, o escritor pretende que o leitor compreenda seu texto, o leitor, por sua vez, predispõe-se a fazê-lo, empenhando-se ambos numa tarefa que envolve cooperação, habilidades cognitivas, conhecimento das práticas sociais envolvidas. Pode-se caracterizá-los como processos mentais de construção de significado, embora utilizem procedimentos inversos: o escritor parte das idéias para construir o seu texto; o leitor, a partir do texto escrito, constrói o significado. Na ótica cognitiva, “a escritura, entre outros aspectos, é o resultado de hipóteses sobre o leitor e a sua leitura, e a leitura, por sua vez, é a formulação e a avaliação das hipóteses sobre o escritor e seu escritor” (Poersch et aill, 1996: p. 364).

Conforme propõe Smith (1983), importante estudioso da Psicolinguística, deve-se aprender a escrever de acordo com aquilo que se lê visto que todo indivíduo que se torna um escritor competente toma como base suas referências lidas. Nesse sentido, é preciso ler como um escritor, engajando-se naquilo que o autor está escrevendo, antecipando o que irá escrever. O uso da preditibilidade, assim, torna-se importante tanto na escritura como na leitura. O autor se torna um colaborador inconsciente, já o leitor que pretende se tornar um escritor vai tomando consciência da linguagem, do formato do texto, do estilo, das estratégias utilizadas no ato de escrever. Se, como enfatiza Smith, a escritura envolve ideias, ação, reflexão e experiência, pressupõe-se que a consciência exerça um papel imprescindível nesse processo. No intuito de compreender melhor como se dá essa relação, procura-se agora analisar como a consciência se manifesta nos indivíduos.

Como já mencionado, há uma variedade de definições para o termo consciência. Matlin (2004), sob a perspectiva da Psicologia Cognitiva, adota um conceito amplo: consciência significa saber que as pessoas possuem imagens e sentimentos sobre o mundo exterior e suas percepções. Sendo assim, seu conteúdo pode tanto incluir percepções do indivíduo sobre o mundo ao seu redor, sobre suas imagens visuais, comentários silenciosos com ele mesmo, lembranças de fatos de sua vida, crenças sobre o mundo, planos para

atividades posteriores e atitudes perante outras pessoas. Sternberg (2008), por sua vez, estabelece uma distinção entre atenção e consciência, que estão intimamente ligadas, mas apresentam processos diferentes. Atenção consiste no meio pelo qual se processa ativamente uma quantidade limitada de informação a partir da enorme quantidade disponível através dos sentidos, das memórias armazenadas e de outros processos cognitivos. Em contrapartida, consciência inclui o sentimento de percepção consciente e o conteúdo da consciência, parte do qual pode estar sob o foco da atenção. Sob esse prisma, trata-se de dois conjuntos sobrepostos.

Importa destacar ainda quatro questões inter-relacionadas à consciência que têm despertado a atenção de psicólogos cognitivistas. Como explica Matlin (2004), a primeira diz respeito à consciência dos processos mentais superiores, ou seja, à capacidade do ser humano de remeter os pensamentos à consciência. Segundo estudos recentes, é possível ao homem estar plenamente consciente dos *produtos* de seus processos de pensamento, mas, em geral, ele não consegue mostrar-se consciente dos *processos* que criaram esses produtos. Se for indagado, por exemplo, sobre o nome de solteira de sua mãe, a tendência é de a resposta logo emergir na sua consciência; todavia se a pergunta remeter a como ele chegou à resposta dada, provavelmente não saberá explicar o processo de pensamento transcorrido. A segunda questão reside na supressão do pensamento: muitas vezes há dificuldade em eliminar algumas informações da consciência. Quando se imprime esforço para controlar mentalmente um pensamento, a tendência é de que seu conteúdo retorne insistentemente à consciência. A terceira denomina-se *questão cega*, que representa visão sem percepção. Em alguns casos, as pessoas podem executar uma tarefa cognitiva com bastante exatidão, sem qualquer tomada de consciência de que seu desempenho seja exato. Trata-se de uma condição em que uma pessoa vítima de um dano no córtex cerebral alega não ser capaz de ver um objeto. O quarto e último ponto refere-se ao inconsciente cognitivo, que tem sido tradicionalmente mais explorado por estudos que seguem a linha de Sigmund Freud. Para Matlin, trata-se de informações processadas fora da percepção consciente, cujo tratamento científico é bastante dificultado pela falta de evidências de seu funcionamento. Deve-se enfatizar, sobretudo, que o consciente e o inconsciente não estão divididos em duas categorias inteiramente separadas; são dois processos que se conectam num *continuum*.

Neste estudo, interessa particularmente entender a capacidade do indivíduo em trazer o pensamento à consciência. Como visto, parece mais fácil tomar consciência do produto desse pensamento do que de seu processo. Com efeito, torna-se relevante distinguir dois processos

básicos que envolvem a consciência: o cognitivo e o metacognitivo. Como destaca Poersch (1998), a cognição é um processo mental que permite a apreensão, o processamento e a recuperação de conhecimento, de informação. Nesse sentido, os processos cognitivos dizem respeito aos aspectos automáticos e inconscientes ou aos aspectos pré-conscientes utilizados pelos indivíduos quando desempenham alguma tarefa. Como não são conscientes, não podem ser controlados ou monitorados. Os processos metacognitivos, por sua vez, são aspectos conscientes. O ser humano, ao mesmo tempo em que desempenha uma atividade cognitiva, utiliza estratégias de ação e de reflexão para atingir o propósito desejado. Ele estaria monitorando seu comportamento, utilizando, assim, estratégias metacognitivas.

Outra distinção necessária a se fazer diz respeito à relação entre metacognição e metalinguagem. Conforme Gombert (1992), não há um consenso a respeito de os estudos metalinguísticos se inserirem ou não no campo da metacognição. Deve-se considerar, no entanto, que objetos da metalinguagem são mais perceptíveis e, provavelmente, manipulados com maior frequência pelos sujeitos, sendo importantes para o desenvolvimento do pensamento e da metacognição. Segundo Poersch (1998), metacognição tem como objeto de interesse a cognição: busca-se saber como se conhece, refletir sobre os processos envolvidos nas atividades cognitivas. Saber como se adquire o conhecimento de mundo, como se formam os conceitos, como se abstrai e se generaliza, como se transferem conhecimentos ou como se solucionam problemas são atividades específicas da metacognição. No que tange à metalinguagem, trata-se de usar a linguagem para compreendê-la. A descrição dos diversos níveis linguísticos, das variedades dialetais, dos desvios e das interferências linguísticas, da linguagem infantil, dos estilos e das tipologias de discurso, dos tipos de argumentação ilustra atividades de metalinguagem. Para o autor, os objetos da cognição e da linguagem não coincidem: nem tudo que é cognição precisa da linguagem; nem tudo que pertence à linguagem remete à cognição. Ressalva-se aqui uma discordância referente a esta última colocação, visto que, diante dos avanços dos estudos de ordem cognitiva, não parece plausível hoje se conceber a linguagem sem cognição. Não obstante, importa estabelecer os limites entre os dois recortes: enquanto a metacognição focaliza o processo, a metalinguagem detém-se sobre o produto de variadas atividades, sendo a consciência um elemento imprescindível que estabelece um elo entre elas.

Habilidades linguísticas podem ser estudadas tanto do ponto de vista do processo quanto do produto. Todavia, tomando como pressuposto a primeira questão levantada por Matlin (2004) - consciência dos processos mentais superiores - é preciso considerar que o

acesso à metalinguagem é mais fácil do que à metacognição. No que concerne à metalinguagem ou consciência linguística, deve-se especificar que tal noção é definida de forma diferente sob o prisma da Linguística e da Psicolinguística. Como elucida Gombert (1992), na *perspectiva linguística*, a metalinguagem é entendida como uso da linguagem para referir a ela mesma, acepção que tem por base o postulado de Jakobson (1963) sobre as funções principais e secundárias da linguagem. Nesse sentido, a metalinguagem é considerada uma função secundária, cujo foco de interesse é a auto-referenciação da língua, sendo a linguagem usada para descrever a própria linguagem. Na *perspectiva psicolinguística*, deve-se entender metalinguagem como uma atividade realizada por um indivíduo que trata a linguagem como um objeto cujas propriedades podem ser examinadas a partir de um monitoramento intencional e deliberado. Essa atividade requer do indivíduo um distanciamento em relação aos usos da linguagem e em relação ao seu conteúdo, para aproximar-se de suas propriedades. Em outras palavras, é necessário afastar-se do significado veiculado pela linguagem para aproximar-se da forma como a linguagem se apresenta para transmitir um significado.

De acordo com o viés psicolinguístico, há várias possibilidades de se abordar a consciência linguística ou as habilidades metalinguísticas. Citam-se, a título de exemplo, a consciência fonológica, cuja unidade tomada para análise é o fonema; a consciência morfológica, que focaliza sua atenção sobre o morfema; a consciência sintática, que tem como unidade de análise a frase; a consciência lexical, cujo foco de interesse é a palavra. Mais recentemente, novas pesquisas têm voltado sua atenção à consciência pragmática (relação entre o sistema linguístico e o contexto no qual a linguagem se insere) e à consciência textual, que trata o monitoramento intencional do sujeito sobre o texto. Ressalva-se que, muitas vezes, são utilizadas expressões como consciência metalinguística, metapragmática, metalexical ou metatextual na literatura, evitadas aqui por se considerar que toda atividade *meta* já pressupõe a presença de consciência, conforme elucida Poersch (1998). Na mesma perspectiva, Gombert (1992, p. 9) afirma que “toda consciência é necessariamente *meta* do ponto de vista do observador”.

Levando-se em conta essas breves reflexões, parece plausível afirmar que tanto habilidades metacognitivas como metalinguísticas influenciam diretamente atividades como leitura e escritura. Embora a aprendizagem da compreensão e da produção textual, como processos cognitivos, apresente um caráter espontâneo, automático, sem atenção voluntária, seu aperfeiçoamento não pode prescindir de controle e de reflexão. A capacidade de refletir



sobre a natureza e as propriedades da linguagem bem como sobre os processos que levam ao domínio dessas habilidades emerge como uma alternativa eficaz para tornar leitores e escritores mais competentes em suas funções. A dificuldade de muitos sujeitos em organizar seu pensamento, seja na forma escrita ou oral, ou mesmo em compreender pensamentos alheios expressos em texto, pode ser minimizada através do desenvolvimento de estratégias metacognitivas e metalinguísticas. Escrever é um exercício que pressupõe pensamento lógico, planejamento, conhecimentos diversos sobre o mundo e sobre a linguagem, habilidade de reflexão e de execução. Enfim, exige consciência sobre os processos por que passam o pensamento até se transformar em escrita e sobre o produto final da escritura.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que a escritura necessita da consciência, a consciência só pode se beneficiar da escritura. Se a atividade de escrever exige esforço, reflexão constante e monitoramento, o homem, paralelamente, vai se tornando mais consciente sobre a linguagem, suas crenças, seus pensamentos e conhecimentos que se manifestam em textos. Damásio (2000), ao tratar da consciência, estabelece a metáfora do *sair à luz*. Assim como, durante um espetáculo, é fascinante o momento em que se vê a porta abrir para que o artista saia à luz, o nascimento da mente conhecedora, só possível por meio da consciência, é a porta de acesso do homem a si mesmo. A noção do *self*, nessa perspectiva, é muita esclarecedora. Para o autor, ter consciência de si mesmo representa saber o que acontece quando o indivíduo é modificado por apreender algo. Sendo assim, tanto o escritor quanto o leitor precisam ter senso de si durante a execução de suas funções. Quando se dá um conhecimento particular entre ambos, molda-se uma perspectiva específica: a do indivíduo dentro do qual esse conhecimento se forma. Com efeito, pode-se presumir que a relação entre escritura e consciência é sustentada pela presença de um indivíduo, que se modifica à medida que desenvolve suas habilidades escritoras e toma consciência de suas diferentes percepções sobre objetos diversos. A interface aqui construída pode, assim, ser revista, estabelecendo-se sobre a tríade – escritura, consciência e indivíduo - e indicando um instigante percurso a ser explorado à luz dos estudos da Linguística, da Psicologia Cognitiva e da Psicolinguística.

## Referências

DAMÁSIO, A. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Luiz Henrique Martins Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FLOWER, L.; HAYES, J. R. A cognitive process theory of writing. In: RUDDELL, R. B.; RUDDELL, M. R.; SINGER, H. (Eds.) *Theoretical models and processes of reading*. Newark: International Reading Association, 1994. p. 928-950.

GOMBERT, J. É. *Metalinguistic development*. Harvester: Wheatsheaf, 1992.

MATLIN, M. W. *Psicologia Cognitiva*. Tradução Stella Machado. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004.

POMBO, O. *Interdisciplinaridade: conceitos, problemas e perspectivas*. 1993 In: [www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/interdisciplinaridade.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/interdisciplinaridade.pdf)

POERSCH, J. M.. Uma questão terminológica: consciência, metalinguagem metacognição. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 33, n° 4, p. 7-12, dezembro 1998.

POERSCH, J. M. Como pode a psicolinguística tornar-se arte? In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 35, n° 4, p. 9-22, dezembro de 2000.

POERSCH, J. M. A leitura como fonte de saber lingüístico: processos cognitivos. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 36, n° 3, p. 401 -07, set. 2001.

POERSCH, J. M.; SMITH, M.; KESSLER, M.; GEHRKE, N. Leitura e escritura: faces distintas, embora intimamente associadas, do processo comunicativo. *Atas do I Congresso Internacional da Abralin*. Salvador: UFBA, p. 363-369. 1996.

SLAMA-CAZACU, T. Por que uma nova perspectiva para a Psicolinguística: “uma ciência multidisciplinarymente conectada?” *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 30, n° 2, p.9-20, junho 1995.

SMITH, F. *Reading like a writer*. *Language Arts, Urbana, National Council of Teacher of English*. 60 (5): 558-67, may, 1983. Tradução de Giselle Olívia Mantovani Dal Corno, Curso de Psicolinguística ministrado por José Marcelino Poersch na UCS, em 1990.

STERNBERG, R. J. *Psicologia Cognitiva*. Tradução Roberto Cataldo Costa. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Recebido em: 27/02/2010

Aceito em: 26/10/2010

Contato: jesuralc@gmail.com